

CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contrato nº: 0029/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: DENTAL-XAN COM. DE PROD. DENTARIO E HOSPITALAR LTDA - EPP

CNPJ/MF nº 02.886.342/0001-86

Finalidade: Aquisição de materiais e equipamentos de proteção individual (E.P.I)

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 0010/2013 - P.P nº 0008/2013

Contrato administrativo que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº 01.551.148/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Vilmar Sabino da Silva**, brasileiro, casado, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **DENTAL-XAN COMÉRCIO DE PRODUTOS DENTÁRIOS E HOSPITALARES LTDA EPP**, CNPJ nº 02.886.342/0001-86, sediada na Rua Arduino Antonioli, nº 195, Centro, no município de Xanxerê - SC, representado pela Senhora **Mary Lucy Parmigiani**, portador do CPF nº 511.182.709-91, RG nº 12/R 1.384.810, domiciliado na Av. La Salle, nº 729, no município de Xanxerê - SC, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, de comum acordo e amparado na Lei Federal Nº 8.666/93, consolidada com as alterações pelas Lei Federais Nº 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, e declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a aquisição dos objetos, descritos e caracterizados na cláusula primeira deste instrumento bem como no Processo Licitatório nº 0010/2013, na modalidade de Pregão Presencial nº 0008/2013, regendo-se pelas cláusulas adiante especificadas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O presente processo licitatório tem por objeto a aquisição de equipamentos de proteção individual (E.P.I), de acordo com as quantidades e especificidades constantes da relação de itens anexa.

Parágrafo único: A menção a quantitativos constante do anexo serve unicamente para fins de observância dos limites máximos de contratação e não confere direito subjetivo ao contratado com relação ao fornecimento em sua integralidade, sendo este restrito à necessidade da Administração Municipal, descabendo qualquer compensação financeira.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O presente contrato será por prazo determinado, com vigência de 14/03/2013 a 31/12/2013, podendo ser prorrogado a critério das partes e nos limites da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO REAJUSTE

O valor a ser pago pelo objeto descrito na cláusula primeira será de até **R\$ 4.661,40** (quatro mil seiscentos e sessenta e um reais e quarenta centavos), podendo variar em conformidade com a cláusula primeira deste instrumento.

Parágrafo único: Não haverá reajuste durante a vigência do presente instrumento por ser o mesmo fixado por prazo inferior a 12(doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA – O PAGAMENTO

A Prefeitura de Bom Jesus efetuará o pagamento do objeto desta licitação no prazo de até 30 (trinta) dias após a data de apresentação das respectivas notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I – Entregar os equipamentos conforme solicitação a ser feita nos moldes do edital.
- II – Arcar com os encargos trabalhistas e tributários decorrentes da execução do contrato.
- III – Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária específica do orçamento do exercício de 2013, especificada no ato convocatório do processo de licitação respectivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I - Efetuar o pagamento de acordo com a cláusula quinta.

II - Esclarecer as dúvidas quando elas existirem através do responsável pelos serviços.

III – Disponibilizar a estrutura necessária para que os objetos contratados sejam devidamente entregues.

IV- Fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

I - O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido qualquer outro valor á titulo de indenização ou a qualquer outro titulo presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

III - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) quando houver o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do objeto licitado;
- b) quando houver a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- c) quando houver o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- d) quando houver a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) quando houver a dissolução da empresa;

f) quando houver a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) quando houverem razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) quando houver a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impositivos da execução do Contrato.

i) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

j) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução, erro de execução, execução imperfeita ou inadimplemento contratual, a Contratada ficará sujeita sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais que couberem, as seguintes penalidades:

I. Advertência;

II. Multa administrativa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do presente contrato

III. Impossibilidade de licitar e contratar com a contratante pelo prazo de até 02 (dois) anos a contar do dia da fixação da pena;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação expressa poderá ser introduzida no objeto do presente instrumento, sem o consentimento prévio da contratante.

II – Os casos omissos serão dirimidos de acordo com a Lei 8.666/93.

III – O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 0010/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato fica eleito o Foro da Comarca de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados firmam o presente, juntamente com duas (02) testemunhas, em três (03) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus - SC, 13 de março de 2013.

VILMAR SABINO DA SILVA
Prefeito Municipal
Contratante

DENTAL-XAN COM. DE PRD. DEN. E HOSP LTDA - ME
CNPJ nº 02.886.342/0001-86
Mary Lucy Parmigiani
CPF nº 511.182.709-91
Contratada

Testemunhas:

Micheli Nestor Soligo de Mello
CPF n. 007.748.319-79

Leandro Luiz Mocellin
CPF n. 950.502.219-00

Assessoria Jurídica

Visto em ___/___/___

Minuta:

Contrato nº: 0029/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: DENTAL-XAN COM. DE PROD. DENTARIO E HOSPITALAR LTDA - EPP

CNPJ/MF nº 02.886.342/0001-86

Finalidade: Aquisição de materiais e equipamentos de proteção individual (E.P.I)

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 0010/2013 - P.P nº 0008/2013

Valor Total: R\$ 4.661,40(quatro mil seiscentos e sessenta e um reais e quarenta centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê

Bom Jesus (SC), 13 de março de 2013.

VILMAR SABINO DA SILVA
Prefeito Municipal